

Cataguases, 13 de agosto de 2012 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais" ou "Companhia") apresenta as Informações Trimestrais relativas ao primeiro semestre de 2012 (6M12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 398 mil consumidores e uma população de cerca de 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Energisa Minas Gerais:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	6M12	6M11	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	318,9	313,9	+ 1,6
Receita Operacional Líquida	209,2	210,3	- 0,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	27,3	40,9	- 33,3
EBITDA	35,3	49,5	- 28,7
EBITDA Ajustado	38,1	52,4	- 27,3
Resultado Financeiro	(6,5)	(7,3)	- 11,0
Resultado antes dos impostos	20,8	33,6	- 38,1
Lucro Líquido	13,8	22,1	- 37,6
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	469,1	395,8	+ 18,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	79,3	67,3	+ 17,8
Patrimônio Líquido	76,5	83,0	- 7,8
Endividamento Líquido	208,3	158,0	+ 31,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	397,8	387,6	+ 2,6
Vendas de Energia aos Consumidores Cativos (GWh)	546,4	533,7	+ 2,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	711,9	701,2	+ 1,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,77	8,73	- 0,04 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	18,2	24,9	- 6,7 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,6	1,3	+ 100,0

2 - Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 - Lucro Líquido

A Energisa Minas Gerais registrou no primeiro semestre de 2012 um lucro líquido de R\$ 13,8 milhões, dos quais R\$ 6,1 milhões foram apurados no 2T12. O resultado em 6M12 é 37,6% inferior aos R\$ 22,1 milhões apurados em 6M11.

Resultados do 1º semestre de 2012

A redução do resultado da Energisa Minas Gerais em 6M12 decorre fundamentalmente da variação dos itens não controláveis (Parcela A) ainda não refletida nas tarifas de energia elétrica da Companhia. O valor a ser recuperado no reajuste tarifário ocorrido em 18 de junho de 2012, é de aproximadamente R\$ 9,4 milhões.

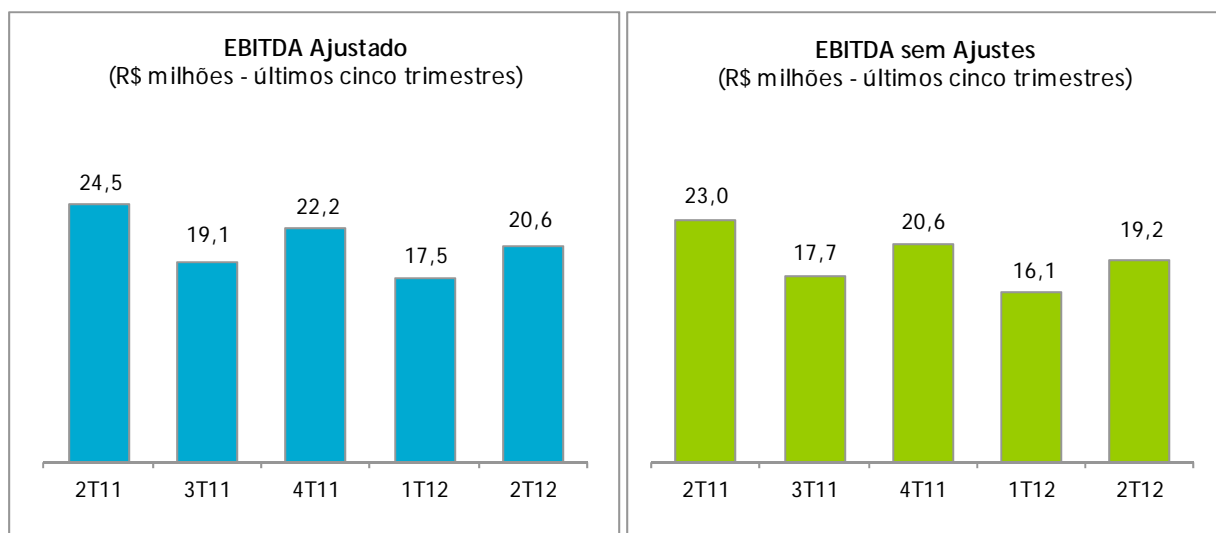
Apresenta-se a seguir a composição do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição e evolução do lucro líquido (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Var. %	6M12	6M11	Var. %
(=) Receita operacional líquida	104,7	104,4	+ 0,3	209,2	210,3	- 0,5
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	15,3	18,7	- 18,2	27,3	40,9	- 33,3
(+) Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)	(6,2)	(3,3)	+ 87,9	(6,5)	(7,3)	- 11,0
(+) Contribuição social e imposto de renda	(3,0)	(5,3)	- 43,4	(7,0)	(11,5)	- 39,1
(=) Lucro Líquido	6,1	10,1	- 39,6	13,8	22,1	- 37,6

Evolução da geração de caixa

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Var. %	6M12	6M11	Var. %
(=) Lucro Líquido	6,1	10,1	- 39,6	13,8	22,1	- 37,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(3,0)	(5,3)	- 43,4	(7,0)	(11,5)	- 39,1
(-) Resultado financeiro	(6,2)	(3,3)	+ 87,9	(6,5)	(7,3)	- 11,0
(-) Depreciação e amortização	(3,9)	(4,3)	- 9,3	(8,0)	(8,6)	- 7,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	19,2	23,0	- 16,5	35,3	49,5	- 28,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,4	1,5	- 6,7	2,8	2,9	- 3,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	20,6	24,5	- 15,9	38,1	52,4	- 27,3

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Minas Gerais nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



Resultados do 1º semestre de 2012

2.2 - Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Energisa Minas Gerais totalizou R\$ 318,9 milhões em 6M12, contra R\$ 313,9 milhões em igual período do ano passado, significando um aumento de 1,6% (R\$ 5,0 milhões). A receita operacional líquida, por sua vez, reduziu 0,5% (R\$ 1,1 milhão) no mesmo período.

Já no 2T12, embora as vendas de energia tenham sido menores em relação ao 1T12, as receitas operacionais bruta e líquida mostram crescimento de, respectivamente, 3,0% (ou R\$ 4,7 milhões) e 0,4% (R\$ 0,4 milhão), em relação ao 2T11.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida assim se apresenta:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Variação em R\$ milhões	6M12	6M11	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	136,4	126,8	+ 9,6	275,2	260,9	+ 14,3
• Residencial	62,7	54,4	+ 8,3	126,9	114,9	+ 12,0
• Industrial	21,7	23,9	- 2,2	43,1	46,5	- 3,4
• Comercial	26,6	24,6	+ 2,0	55,5	52,1	+ 3,4
• Rural	12,0	11,6	+ 0,4	23,5	22,9	+ 0,6
• Outras classes	13,4	12,3	+ 1,1	26,2	24,5	+ 1,7
(+) Suprimento de energia elétrica	0,3	0,2	+ 0,1	0,4	0,4	-
(+) Fornecimento não faturado	(1,1)	(1,4)	+ 0,3	(3,2)	(0,3)	- 2,9
(+) Disponibilização do sistema elétrico	10,5	10,2	+ 0,3	19,7	20,9	- 1,2
(+) Receitas de construção	9,1	14,3	- 5,2	17,8	24,0	- 6,2
(+) Outras receitas	4,3	4,7	- 0,4	9,0	8,0	+ 1,0
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	159,5	154,8	+ 4,7	318,9	313,9	+ 5,0
(-) Impostos sobre receitas	(43,2)	(40,8)	- 2,4	(87,2)	(84,1)	- 3,1
(-) Encargos setoriais	(11,6)	(9,7)	- 1,9	(22,5)	(19,5)	- 3,0
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	104,7	104,3	+ 0,4	209,2	210,3	- 1,1

2.2.1 - Aumento das tarifas de energia elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, para aplicação a partir de 18 de junho de 2012, o terceiro ciclo de revisão tarifária da Energisa Minas Gerais, resultando em um aumento médio de 1,20% para os consumidores.

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica

Em 6M12, as despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica da Energisa Minas Gerais atingiram R\$ 164,2 milhões, com crescimento de 12,9% (ou R\$ 18,7 milhões) em relação ao valor registrado em 6M11. No 2T12, o aumento destas mesmas despesas foi de 12,6% (ou R\$ 9,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição e serviços de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição e serviços de energia elétrica reduziram 4,6% (ou R\$ 1,9 milhões) em 6M12, para R\$ 39,7 milhões. No 2T12, a redução das despesas controláveis foi de 13,1% (ou R\$ 3,1 milhões) em relação ao 2T11.

Resultados do 1º semestre de 2012

2.3.2 - Custos de construção

Após a adoção do padrão contábil internacional (IFRS), a Energisa Minas Gerais passou a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 6M12, os custos de construção totalizaram R\$ 17,8 milhões (R\$ 9,1 milhões no 2T12), contra R\$ 23,9 milhões em 6M11 (R\$ 14,2 milhões no 2T11).

2.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 6M12, as despesas operacionais da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 182,0 milhões, um crescimento de 7,4% (ou R\$ 12,6 milhões) em relação ao valor registrado em 6M11. No 2T12, o aumento das despesas operacionais totais foi de 4,6% (ou R\$ 3,9 milhões) em relação ao 2T11.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em			Variação em		
	2T12	2T11	R\$ milhões	6M12	6M11	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	20,6	23,7	- 3,1	39,7	41,6	- 1,9
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	6,4	10,4	- 4,0	12,5	15,7	- 3,2
1.2 - Material	1,3	1,3	-	2,6	2,4	+ 0,2
1.3 - Serviços de terceiros	12,9	12,0	+ 0,9	24,6	23,5	+ 1,1
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	54,9	49,0	+ 5,9	112,7	98,9	+ 13,8
3 - Depreciação e amortização	3,9	4,3	- 0,4	8,0	8,6	- 0,6
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	0,1	(6,1)	+ 6,2	1,8	(5,5)	+ 7,3
5 - Outras despesas / receitas	0,9	0,5	+ 0,4	2,0	1,9	+ 0,1
Subtotal (1+2+3+4+5)	80,4	71,4	+ 9,0	164,2	145,5	+ 18,7
6 - Custo de construção	9,1	14,2	- 5,1	17,8	23,9	- 6,1
Total	89,5	85,6	+ 3,9	182,0	169,4	+ 12,6

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 6,5 milhões (R\$ 6,2 milhões no 2T12), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 7,3 milhões em 6M11 (R\$ 3,3 milhões no 2T11).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	34,2	40,8
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27,4	36,7
Encargos de dívidas	5,2	2,6
Parcelamento de impostos e fundo de pensão	1,6	1,5
Longo Prazo	253,4	243,2
Empréstimos, financiamentos e debêntures	249,7	238,9
Parcelamento de impostos e fundo de pensão	3,7	4,3
Total das dívidas	287,6	284,0
(-) Disponibilidades financeiras	79,3	83,5
Total das dívidas líquidas	208,3	200,5

3 - Desempenho Operacional
3.1 - Mercado de Energia

No 2T12, as vendas de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Minas Gerais mostraram um crescimento menor em relação ao 1T12, atingindo 269,4 GWh, ou seja, um avanço de 1,1% sobre o valor apurado em igual trimestre de 2011. O consumo da classe residencial foi o destaque no trimestre, com crescimento de 6,0%, seguido da classe comercial com crescimento de 5,8%. As classes industriais, cativa e livre, registraram, juntas, redução de 2,1% no consumo no trimestre. Conseqüentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 352,0 GWh no 2T12, o que representando um decréscimo de 0,5% em relação ao igual trimestre do ano passado.

No acumulado de 6M12, o consumo no mercado cativo cresceu 1,1% em relação aos 6M11 e a energia total distribuída atingiu 711,9 GWh, ou seja, 1,5% maior que em 6M11. O quadro a seguir mostra a evolução do mercado de energia elétrica por segmento ao longo do semestre:

**Mercado de Energia Elétrica por Segmento
(Em GWh)**

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Variação %	6M12	6M11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	269,4	266,5	+ 1,1	546,4	533,7	+ 2,4
* Residencial	101,0	95,3	+ 6,0	206,2	196,3	+ 5,0
* Industrial	47,6	54,7	- 13,0	95,6	101,0	- 5,3
* Comercial	50,7	47,9	+ 5,8	105,7	100,7	+ 5,0
* Rural	34,9	34,8	+ 0,3	68,5	68,1	+ 0,6
* Outras classes	35,2	33,8	+ 4,1	70,4	67,6	+ 4,1
b) Suprimento de Energia Elétrica	2,5	10,8	- 76,9	8,4	17,2	- 51,2
c) Fornecimento não Faturado Líquido	(2,8)	(2,3)	+ 21,7	(0,9)	-	-
d) Vendas Totais de Energia (a+b+c)	269,1	275,0	- 2,1	553,9	550,9	+ 0,5
e) Energia associada aos Consumidores Livres	82,9	78,6	+ 5,5	158,0	150,3	+ 5,1
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	352,0	353,6	- 0,5	711,9	701,2	+ 1,5

3.2 - Perdas de Energia

As perdas de energia da Energisa Minas Gerais se situaram em 8,77% nos últimos doze meses terminados em junho de 2012, contra 8,73% em igual período encerrado em 30 de junho de 2011.

4 - Investimentos

No primeiro semestre de 2012, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 19,5 milhões, contra R\$ 25,3 milhões realizados em igual período do ano passado.

5 - Dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Minas Gerais aprovou em 9 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$ 13,2 milhões, o que equivale a R\$ 29,18 por ação ordinária e preferencial. Estes dividendos serão pagos a partir do próximo dia 17 de agosto.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 56 mil, sendo: i) R\$ 52 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis, e ii) R\$ 4 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a ANEEL para os Programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Minas Gerais
Balanços Patrimoniais
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	46.430	29.082
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	28.805	49.439
Consumidores e concessionárias	73.282	77.079
Títulos de créditos a receber	1.659	1.957
Estoques	1.559	1.540
Impostos a recuperar	13.147	10.379
Baixa renda e devedores diversos	21.831	15.979
Total do circulante	<u>186.713</u>	<u>185.455</u>
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.053	4.930
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	329	2.893
Impostos a recuperar	11.637	12.171
Instrumentos Financeiros Derivativos	10.227	3.243
Créditos tributários	44.077	43.814
Cauções e depósitos vinculados	1.180	1.127
Contas a receber da concessão	157.355	136.442
Outros	1.510	2.568
	<u>238.575</u>	<u>215.395</u>
Investimentos	2.086	2.049
Intangíveis	41.740	52.092
Total do não circulante	<u>282.401</u>	<u>269.536</u>
Total do Ativo	<u><u>469.114</u></u>	<u><u>454.991</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Minas Gerais		
Balanços Patrimoniais		
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	33.535	32.262
Encargos de dívidas	5.179	2.588
Empréstimos e financiamentos	27.183	36.393
Debêntures	206	319
Tributos e contribuições sociais	31.940	29.508
Parcelamento de impostos	1.366	1.315
Encargos do consumidor a recolher	3.928	3.659
Benefícios a empregados - plano de pensão	215	218
Obrigações estimadas	2.211	1.798
Outras contas a pagar	20.852	21.589
Total do circulante	<u>126.615</u>	<u>129.649</u>
Não circulante		
Fornecedores	698	667
Empréstimos e financiamentos	190.003	179.249
Debêntures	59.706	59.691
Instrumentos financeiros derivativos	51	1.431
Tributos e contribuições sociais	4.393	3.552
Parcelamento de impostos	2.505	3.069
Provisões para contingências	6.254	5.651
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.178	1.184
Outras contas a pagar	1.248	2.527
Total do não circulante	<u>266.036</u>	<u>257.021</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	10.525	10.525
Dividendos adicionais propostos	-	5.704
Lucros acumulados	13.846	-
	<u>76.463</u>	<u>68.321</u>
Total do passivo	<u><u>469.114</u></u>	<u><u>454.991</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados do 1º semestre de 2012

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações de Resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>6M12</u>	<u>6M11</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	272.007	260.593
Suprimento de energia elétrica	368	446
Disponibilidade do Sistema Elétrico	19.722	20.943
Receita de construção	17.828	23.972
Outras receitas	9.008	7.924
	<u>318.933</u>	<u>313.878</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	59.173	57.149
PIS, Cofins e ISS	28.068	26.905
Quotas para a reserva global de reversão	2.388	1.420
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	20.060	18.074
	<u>109.689</u>	<u>103.548</u>
Receita operacional líquida	<u>209.244</u>	<u>210.330</u>
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	12.517	15.710
Material	2.565	2.369
Serviços de terceiros	24.562	23.460
Energia elétrica comprada para revenda	86.441	76.804
Transporte de potência elétrica	26.284	22.153
Depreciação e amortização	7.985	8.565
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	1.827	(5.496)
Receita de construção	17.828	23.972
Outras despesas / receitas	1.966	1.905
	<u>181.975</u>	<u>169.442</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>27.269</u>	<u>40.888</u>
Receita (despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	3.869	3.042
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.858	2.891
Outras receitas financeiras	583	571
Encargos de dívidas - juros	(10.818)	(12.147)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(6.626)	96
(-) Transferência para ordens em curso	246	420
Marcação a mercado de derivativos	1.380	-
Instrumentos financeiros de derivativos	4.593	-
Ajuste valor presente de ativos	101	37
Outras despesas financeiras	(2.676)	(2.174)
	<u>(6.490)</u>	<u>(7.264)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>20.779</u>	<u>33.624</u>
Contribuição social e imposto de renda	(6.933)	(11.509)
Lucro líquido do período	<u>13.846</u>	<u>22.115</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	30,72	49,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações do Fluxo de Caixa

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações do Fluxo de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	<u>30/6/2012</u>	<u>30/6/2011</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	13.846	22.115
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias - liquidas	17.600	12.414
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	758	446
Depreciação e amortização	7.985	8.565
Valor residual de ativos permanentes baixados	65	1
Créditos tributários	(263)	7.609
Imposto de renda e contribuição social	6.933	11.509
Provisão para contingências	446	(6.329)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.593)	-
Marcação a mercado de derivativos	(1.380)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(48)
Subtotal	<u>41.397</u>	<u>56.282</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Consumidores e concessionárias	2.535	31.876
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados	20.996	3.640
Títulos de créditos a receber	3.880	(380)
Estoques	(19)	243
Impostos a recuperar	(6.565)	565
Cauções e depósitos vinculados	(53)	(145)
Despesas pagas antecipadamente	133	260
Outros créditos	(4.896)	(2.535)
	<u>16.011</u>	<u>33.524</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	1.302	(3.026)
Folha de pagamento	-	(3)
Tributos e contribuições sociais	5.595	(12.192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.925)	(35)
Parcelamento de impostos	(513)	(374)
Obrigações estimadas	413	190
Encargos do consumidor a recolher	269	937
Outras	(2.021)	329
	<u>120</u>	<u>(14.174)</u>
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	<u>57.528</u>	<u>75.632</u>
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	(37)	29
Aplicações no intangível	(19.528)	(25.307)
Contribuições do consumidor, União e Estado	887	639
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(18.678)</u>	<u>(24.639)</u>
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	8.105	10.347
Pagamentos de empréstimos - principal	(13.281)	(11.805)
Pagamentos de empréstimos - juros	(8.230)	(8.057)
Pagamentos de dividendos	(5.704)	(28.729)
Liquidação de instrumentos financeiros	(2.392)	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(21.502)</u>	<u>(38.244)</u>
Variação líquida do caixa	<u>17.348</u>	<u>12.749</u>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	29.082	29.850
Caixa mais equivalentes de caixa finais	46.430	42.599
Variação líquida do caixa	<u>17.348</u>	<u>12.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 397.848 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 15, 24 e 29, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias (informações trimestrais)

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de agosto de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Individual - BR GAAP";

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de "Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011"), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Resultados do 1º semestre de 2012

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/06/2012	31/12/2011
CEF	CDB	28/06/14	100,5% do CDI	31.940	7.468
Mercantil	CDB	25/05/15	105,0% do CDI	55	1.226
Mercantil FID	CDB	30/05/22	105,0% do CDI	963	952
Santander	Debêntures (**)	04/06/14	103,2% do CDI	68	-
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.611	10.004
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	74	946
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	862	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	726	28
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.435	5.002
Total				42.734	25.626
Caixa e bancos				3.696	3.456
Total caixa e equivalente de caixa				46.430	29.082

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/06/2012	31/12/2011
BES	CDB	10/10/13	100,0% do CDI	29	28
BMG	CDB	16/12/13	112,0% do CDI	302	1.480
Bradesco	CDB	30/12/2013 a 22/05/2014	99,0% a 100,0% do CDI	808	39
Bradesco	Debêntures (**)	24/07/2012 a 13/11/2012	100,0% a 100,5% do CDI	13.623	15.729
Bradesco	Poupança	-	Poupança	-	521
CEF	Poupança	-	Poupança	16	1.243
Itaú	CDB	3/12/2013	101,8% do CDI	16	15
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.024	-
FIDC BIC Banco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	2.250	-
Itaú	Debêntures(**)	04/04/2013 a 25/07/2013	100,0% a 103,5% do CDI	164	157
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	56	55
Pine	CDB	02/07/12	111,0% do CDI	10.517	10.005
Votorantim	Debêntures (**)	27/06/12	106,0% do CDI	-	20.009
				28.805	49.281
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	679
				-	679
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	4.053	4.409
				4.053	4.409
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				32.858	54.369
Circulante				28.805	49.439
Não circulante				4.053	4.930

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011
Residencial	10.929	5.782	516	294	7	1	17.529	18.067
Industrial	12.392	1.816	586	55	46	862	15.757	14.066
Comercial	5.784	1.482	197	303	221	-	7.987	8.330
Rural	2.649	1.063	170	71	5	-	3.958	3.709
Poder público:								
Federal	27	2	4	5	2	-	40	31
Estadual	292	20	38	54	18	-	422	326
Municipal	1.065	74	138	198	67	-	1.542	1.193
Iluminação pública	809	122	6	-	-	-	937	926
Serviço público	1.318	28	1	-	-	-	1.347	1.170
Subtotal - consumidores	35.265	10.389	1.656	980	366	863	49.519	47.818
Concessionárias (2)							9.478	9.277
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	11.824	15.000
Outros	-	-	-	-	-	-	14.021	15.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(3.353)	(2.091)
Total	35.265	10.389	1.656	980	366	863	81.489	85.286
Circulante	-	-	-	-	-	-	73.282	77.079
Não circulante	-	-	-	-	-	-	8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2012, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.479 (R\$9.277 em 31 de dezembro de 2011, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$246 (R\$46 em 31 de dezembro de 2011), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$560 (R\$1.280 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2012	31/12/2011
Saldos a vencer	11	193
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	2.595	2.211
	<u>9.479</u>	<u>9.277</u>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(246)	(46)
(-) Encargos de serviços do sistema	(560)	(1.280)
	<u>8.673</u>	<u>7.951</u>

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por

determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 30 de junho de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	4.971	8.438
Ajuste a valor presente	(343)	(445)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.640)	(3.143)
	<u>1.988</u>	<u>4.850</u>
Circulante	1.659	1.957
Não circulante	329	2.893

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	2.640
2012	949
2013	330
2014	208
2015	201
2016	207
2017	144
2018 em diante	<u>292</u>
Subtotal	4.971
(-) Ajuste a valor presente	<u>(343)</u>
	<u>4.628</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	5.234	4.685
Provisões constituídas no exercício	1.435	814
Reversão de provisões no exercício	(676)	(265)
Saldo - final - circulante	5.993	5.234
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.353	2.091
Títulos de créditos a receber	2.640	3.143

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da EMG com reajuste da 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

Reajustes tarifários:

Em 14 de junho de 2011, por meio da Resolução nº 1.155, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia que vigorou até 17 de junho de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 2,73%, respectivamente.

10. Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a receber dos geradores.

Em 30 de junho de 2012 os saldos a receber montam em R\$136.

11. Baixa renda e outros créditos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa renda	7.127	2.384
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	8.966	8.085
Ordens de serviço em curso - outros	251	121
Outras	5.256	5.025
	<u>21.600</u>	<u>15.615</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	2.384	3.260
Subvenção Baixa Renda	12.665	14.571
Ressarcimento pela Eletrobrás	(7.922)	(15.447)
Saldo - final - circulante	<u>7.127</u>	<u>2.384</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14.481	11.623
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	441	251
Imposto de Renda - IRPJ	158	20
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	29	25
Contribuição do PIS e COFINS	9.167	10.185
Outros	508	446
	<u>24.784</u>	<u>22.550</u>
Circulante	13.147	10.379
Não Circulante	11.637	12.171

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período:

	ENF (a)	ESO (a)	ESA (b)	01/06/2012 a 30/06/2012	01/06/2011 a 30/06/2011
Prestação de serviços	-	(10.805)	(4.939)	(15.744)	(14.631)
Custo e uso de conexão	(732)	-	-	(732)	(490)
	ENF (a)	ESO (a)	ESA (b)	01/04/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011
Prestação de serviços	-	(5.445)	(2.489)	(7.934)	(7.422)
Custo e uso de conexão	(388)	-	-	(388)	(108)
				30/06/2012	31/12/2011
Saldo a pagar - fornecedores	-	-	762	762	795

(a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$185 (R\$273 em 30 de junho de 2011) e da Diretoria foi de R\$335 (R\$518 em 30 de junho de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$169 (R\$146 em 30 de junho de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$131 (R\$126 em 30 de junho de 2011).

No período findo em 30 de junho de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de junho, foram de R\$15 e R\$2 (R\$14 e R\$2 em 30 de junho de 2011), respectivamente. A remuneração média no 2º trimestre de 2012 foi de R\$8 (R\$8 em 30 de junho de 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$2.827.

14. Impostos diferidos e despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Resultados do 1º semestre de 2012

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2012	2.637
2013	6.206
2014	7.056
2014 em diante	28.178
Total - circulante	44.077

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.779	33.624
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada	(7.065)	(11.432)
Ajustes:		
Outros	132	(77)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.933)	(11.509)
Alíquota efetiva	33,4%	34,2%
	30/06/2012	31/12/2011
Ativo		
Prejuízo fiscal	24.432	26.467
Base negativa de contribuição social	9.677	10.410
Diferenças temporárias (1):		
Imposto de renda	7.329	5.101
Contribuição social	2.639	1.836
Total - não circulante	44.077	43.814

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps.

15. Contas a receber da Concessão

A Companhia possui saldo de R\$157.355 (R\$136.442 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência

Resultados do 1º semestre de 2012

econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$17.173, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 30 de junho de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	136.442	94.006
Adições	3.805	42.436
Resolução Normativa nº 474	17.173	-
Baixas	(65)	-
Saldo - final - não circulante	157.355	136.442

16. Intangível

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo inicial 31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 30/06/2012
Em Serviço						
Custo	325.294	-	631	(23.552)	-	302.373
Amortização	(231.046)	-	-	1.257	(11.282)	(241.071)
Subtotal	94.248	-	631	(22.295)	(11.282)	61.302
Em Curso (*)	9.439	19.528	(631)	(4.287)	-	24.049
Total	103.687	19.528	-	(26.582)	(11.282)	85.351
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	44.680	-	1.089	(5.053)	-	40.716
Amortização	(20.742)	-	-	-	(3.297)	(24.039)
Subtotal	23.938	-	1.089	(5.053)	(3.297)	16.677
Em Curso (*)	27.657	848	(1.089)	(482)	-	26.934
Total	51.595	848	-	(5.535)	(3.297)	43.611
Total do intangível	52.092	18.680	-	(21.047)	(7.985)	41.740

(*) As baixas do intangível e obrigações especiais em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculados ao serviço público de energia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos

Resultados do 1º semestre de 2012

gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,61%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível está reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2012	31/12/2011
Contribuições do consumidor	106.956	106.565
Participação da União - recursos CDE	47.816	47.767
Participação do Governo do Estado	16.558	16.291
Reserva para reversão	1.409	1.409
(-) Amortização acumulada	(24.064)	(20.743)
Total	148.675	151.289
Alocação:		
Contas a receber da concessão	105.064	99.694
Infraestrutura - Intangível em serviço	16.677	23.938
Infraestrutura - Intangível em curso	26.934	27.657
Total	148.675	151.289

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	30/06/2012	30/06/2011
Encargos financeiros contabilizados no resultado	10.818	12.147
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(246)	(420)
Efeito líquido no resultado	10.572	11.727

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

17. Fornecedores

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento (1):		
Furnas	136	136
Contratos Bilaterais	21.818	21.068
CCEE	246	46
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	5.592	6.194
Materiais e serviços e outros (2)	6.441	5.485
Total	34.233	32.929
Circulante	33.535	32.262
Não circulante	698	667

- (1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2012	31/12/2011	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	50	7.753	-	7.803	16.778	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	92	-	15.000	15.092	15.131	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	4.728	6.209	6.776	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	43	57	62	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	286	2.480	19.731	22.497	23.990	
Eletrobrás - Luz para Todos	-	70	1.332	1.402	269	
Banco HSBC - repasse BNDES	-	-	-	-	1.673	
Banco HSBC - repasse BNDES	8	694	1.335	2.037	2.274	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	232	648	885	928	
Banco HSBC - repasse BNDES	8	319	899	1.226	1.387	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	18	368	3.507	3.893	4.152	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	207	921	1.130	1.182	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	7	151	1.464	1.622	1.733	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	-	6	2.553	2.559	622	
Banco ITAU BBA - BNDES PER	145	186	1.814	2.145	2.088	
Banco Itaú BBA - repasse FINAME	32	861	3.514	4.407	3.507	
Caixa - FINAME NIVEL PADRAO	46	-	4.306	4.352	-	
CCB - Banco Bradesco	3.884	12.500	37.500	53.884	51.208	1
Total em moeda nacional	4.650	27.255	99.295	131.200	133.760	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(72)	(179)	(262)	(357)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	254	-	33.250	33.504	31.083	
Merryl Lynch	286	-	57.637	57.923	53.744	
Total em moeda estrangeira	540	-	90.887	91.427	84.827	
Total	5.179	27.183	190.003	222.365	218.230	

- (*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$18.484 (R\$20.139 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

Resultados do 1º semestre de 2012

- (1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2012, todas as exigências foram cumpridas.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2012:

Operação	Características da Operação				Custo da Dívida				Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	3	CDI	+ 0,8%	1,08%		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	84	CDI	+ 0,7%	0,83%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	30	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	30	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	46	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	39	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	22	TJLP	+ 4,3%	4,3%		
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	24	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,3%		
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	24	TJLP	+ 3,9%	3,9%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	53	TJLP	+ 4,75%	4,75%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	48	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,75%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	53	TJLP	+ 5,95%	5,95%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	58	pré-fixado	5,5%	5,5%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	Mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	26	pré-fixado	5,5%	5,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado	10% de 4,5% a	4,5% a 10%		
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	20	CDI	+ 1,25%	1,25%		
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	27	libor	+ 2,25%	2,25%		
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	28	libor	+ 2,0%	2,25%		

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2012
2013	16.409
2014	111.679
2015	20.718
2016	7.140
2017	6.182
Após 2017	27.875
Total	190.003

Resultados do 1º semestre de 2012

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2012	2014 em diante	30/06/2012
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	71	-	71
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	11	180	191
	82	180	262

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,96% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 30/06/2012 (*)	59.912
Circulante	206
Não circulante	59.706
Saldos em 31/12/2011 (*)	60.010
Circulante	319
Não circulante	59.691

(*) Deduzido de R\$325 (R\$340 em 31 de dezembro 2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$59.912 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	<u>7ª Emissão</u>
Exercício 2012	99
Exercício 2013	113
Exercício 2014	113
	<u>325</u>

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 7ª emissão	Energisa Minas Gerais	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

20. Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2012	31/12/2011
ICMS	22.949	20.215
Encargos Sociais	624	587
IRPJ	4.269	3.578
CSSL	2.755	2.593
PIS/COFINS	4.939	5.233
IRRF	129	294
Outros	668	560
Total	36.333	33.060
Circulante	31.940	29.508
Não circulante	4.393	3.552

21. Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$703 e registrados juros Selic de R\$190.

Em 30 de junho de 2012, o saldo do parcelamento é de R\$3.871 (R\$4.384 em 31 de dezembro de 2011) e o número de parcelas a serem quitadas são 33.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos impostos parcelados esta assim programada:

	30/06/2012	31/12/2011
2012	823	1.404
2013	1.411	1.404
2014	1.637	1.404
Após 2014	-	172
Total	3.871	4.384
Circulante	1.366	1.315
Não circulante	2.505	3.069

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2012
Trabalhistas	2.764	1.316	(339)	87	3.828
Cíveis	2.887	354	(885)	70	2.426
Total	5.651	1.670	(1.224)	157	6.254
Depósitos e cauções vinculados (*)	(566)	(56)	-	(25)	(647)

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.180 (R\$1.127 em 31 de dezembro de 2011) dos quais R\$533 (R\$561 em 31 de dezembro de 2011), não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis

• Trabalhistas

Durante o 2º trimestre de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$1.316 (R\$1.276 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante de R\$339 (R\$6.827 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425

No 2º trimestre de 2012, foi registrado complemento de provisão no montante de R\$354 (R\$774 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de provisões no montante de R\$885 (R\$290 em 31 de dezembro de 2011).

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$47.627 (R\$63.645 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

• Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$1.916 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2011), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

- **Cíveis**

Essas ações no montante equivalente a R\$25.385 (R\$38.551 em 31 de dezembro de 2011) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

- **Fiscais**

Essas ações no montante de R\$20.326 (R\$23.430 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676 ações ordinárias, 79.783 ações preferenciais classe "A" e 253 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

23.2 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

24. Receita operacional

	30/06/2012				30/06/2011			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2012 à 30/06/2012		01/01/2012 à 30/06/2012		01/04/2011 à 30/06/2011	
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	291.952	206.179	62.749	126.902	284.147	196.345	54.476	114.947
Industrial	3.666	95.563	21.780	43.132	3.636	100.970	23.862	46.484
Comercial	33.507	105.757	26.694	55.547	31.827	100.724	24.644	52.120
Rural	63.870	68.467	12.014	23.540	63.312	68.093	11.636	22.945
Poder Público:								
Federal	61	236	65	126	58	219	57	113
Estadual	539	4.991	1.355	2.651	513	4.627	1.216	2.406
Municipal	3.342	10.514	2.848	5.575	3.180	9.747	2.555	5.060
Iluminação Pública	254	34.710	5.308	10.577	259	33.873	5.032	10.104
Serviço Público	543	18.536	3.556	7.133	536	17.589	3.256	6.695
Consumo Próprio	91	1.497	-	-	90	1.508	-	-
Subtotal	397.825	546.450	136.369	275.183	387.558	533.695	126.734	260.874
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	3.364	6.689	-	-	2.362	4.686
Suprimento	-	8.377	235	368	-	17.236	212	446
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(890)	(1.105)	(3.176)	-	(46)	(1.404)	(281)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	23	-	10.491	19.722	15	-	10.285	20.943
Receita de Construção	-	-	9.145	17.828	-	-	14.242	23.972
Outras receitas operacionais	-	-	1.030	2.319	-	-	2.386	3.238
Total - receita operacional bruta	397.848	553.937	159.529	318.933	387.573	550.885	154.817	313.878
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	29.150	59.173	-	-	27.565	57.149
PIS	-	-	2.514	5.000	-	-	2.342	4.742
COFINS	-	-	11.580	23.029	-	-	10.790	22.112
ISS	-	-	20	39	-	-	47	51
Quota para RGR	-	-	1.410	2.388	-	-	698	1.420
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	475	947	-	-	450	920
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.882	7.764	-	-	3.541	7.082
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	5.005	9.834	-	-	4.300	8.600
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	759	1.515	-	-	719	1.472
Total	-	-	54.795	109.689	-	-	50.452	103.548
Total - receita operacional líquida	397.848	553.937	104.734	209.244	387.573	550.885	104.365	210.330

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Resultados do 1º semestre de 2012

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/06/2012 e 31/12/2011
Riscos Nomeados	23/10/2012	28.180	198
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	118
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2012	até R\$200 / veículo	59
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	30.428	125
			500

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	46.430	46.430	29.082	29.082
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.858	32.858	54.369	54.369
Consumidores e concessionárias	81.489	81.489	85.286	85.286
Títulos de créditos a receber e outros	1.988	1.988	4.850	4.850
Conta a receber da concessão	157.355	157.355	136.442	136.442
PASSIVO				
Fornecedores	(34.233)	(34.233)	(32.929)	(32.929)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(282.277)	(284.046)	(278.240)	(276.240)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão e dos empréstimos com o Bradesco, Citibank e Merrill Lynch e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o valor justo difere do valor contábil.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise .

	<u>Até 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>3 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	33.535	-	-	-	698	34.233
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	36.152	10.357	216.318	34.921	37.285	335.033

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalente de caixa	46.430	29.082
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.858	54.369
Consumidores e concessionárias	81.489	85.286
Títulos de créditos a receber e outros	1.988	4.850
Conta a receber da concessão	157.355	136.442

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de junho de 2012, com alta de 7,27% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0213/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 30 de junho de 2012 de R\$282.864 (R\$278.937 em 31 de dezembro de 2011), R\$91.427 (R\$84.827 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,6 milhões (US\$16,5 milhões de principal) e US\$28,7 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,5 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + (LIBOR + 2,25%) ao ano e possuem vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014 e 26 de outubro de 2014, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, apresenta no ativo não circulante o valor de R\$10.227 (R\$3.243 em 31 de dezembro de 2011) e R\$51 (R\$1.431 em 31 de dezembro de 2011) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

Resultados do 1º semestre de 2012

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,5 milhões de principal mais juros através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 01/10/2012 até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,5 milhões de principal mais juros através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 26/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 26/10/2012 até 26/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$4.593 decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2012, que podem ser assim resumidos:

Valor de Referência	Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
		30/06/2012	31/12/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
Nacional (BRL)	Posição Ativa	92.196	85.150	-	-
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	Taxa de Juros LIBOR				
	80.055	Posição Passiva	(81.774)	(82.346)	-
		Taxa de Juros CDI			
		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(679)	(1.239)	
		Posição Total Swap Com Opções	9.743	1.565	
Nacional (BRL)	Posição Ativa	51.576	52.196	-	-
Swap com opções - Itaú BBA	50.001	Taxa de Juros CDI			
		Posição Passiva	(49.874)	(49.716)	-
		Taxa de Juros CDI			
		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.269)	(2.233)	
		Posição Total Swap Com Opções	433	247	468

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de junho de 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é

procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2012, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo			13.951	(5.610)	(25.172)
Posição Ativa - LIBOR	92.197	Alta do US\$	78.246	97.807	117.368
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(81.774)		(80.072)	(80.072)	(80.072)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(679)		-	-	-
Subtotal	9.744		(1.826)	17.735	37.296
Líquido	9.744		12.125	12.125	12.124

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$12.125, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$12.125 e R\$12.124, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 8,02% a.a. e a TJLP = 6% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

<u>Instrumentos</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável) (*)</u>	<u>Cenário II (Deterioração de 25%)</u>	<u>Cenário III (Deterioração de 50%)</u>
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	75.592	Alta CDI	1.506	1.869	2.228
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(137.015)	Alta CDI	(3.171)	(4.262)	(4.981)
	(10.793)	Alta TJLP	(283)	(322)	(360)
	-	Alta FNE	-	-	-
Subtotal (**)	(147.808)		(3.454)	(4.584)	(5.341)
Total	(72.216)		(1.948)	(2.715)	(3.113)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2012 (8,02% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2012 e a TJLP 6% a.a.

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$91.427.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	32.858	54.369
Instrumentos financeiros derivativos	2	10.227	3.243
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	2	(51)	(1.431)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

27. Benefícios a empregados**a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 30 de junho de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$110 (R\$113 em 30 de junho de 2011).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

No período findo em 30 de junho de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$109 (R\$138 em 30 de junho de 2011).

Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo em 30 de junho de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$286 (R\$232 em 30 de junho de 2011).

28. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Após 2014</u>
2012 a 2045	164.782	173.102	179.895	2.104.735

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

29. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

Em 18 de junho de 2012 a Companhia requereu junto à ANEEL, prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo prazo de 20 (vinte anos).

30. Evento subsequente

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 09 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$13.152 (R\$29,18 por ação ordinária e preferencial). Esses dividendos serão pagos a partir de 17 de agosto de 2012.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a informações intermediárias referente a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 8 de março de 2012 e em 8 de agosto de 2011 que não tiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br